

DO MEIO DO MEDO NASCE A CORAGEM:

O ENCONTRO ENTRE PESCADORES E MARISQUEIRAS
DE CARAVELAS (BA) E DO CEARÁ E OS MÚLTIPLOS
SENTIDOS DA POLÍTICA

FROM FEAR COURAGE IS BORN:

THE ENCOUNTER BETWEEN FISHERMEN AND CRAB COLLECTORS FROM CARAVELAS (BAHIA)
AND CEARÁ AND THE MULTIPLE MEANINGS OF POLITICS

CECÍLIA CAMPELLO DO AMARAL MELLO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

R E S U M O : *Num momento histórico em que as forças do capital se expandem e agenciam-se sobre espaços e domínios que se caracterizam por seu uso público ou comum, como seria possível a constituição de movimentos de resistência em defesa desses mesmos espaços? Este artigo analisa um processo de luta específico que logrou conter a expansão de um mecanismo de produção de desigualdade numa pequena cidade do extremo sul baiano, situada em uma nova fronteira de expansão do capital. Em disputa, os manguezais dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa (BA), áreas livres de uso comum, ocupadas por uma população de pescadores e marisqueiros, em aliança com outros agentes, em outras escalas, foram capazes de impedir a instalação de um grande projeto de carcinicultura. Entender os múltiplos sentidos da política implícitos nesse movimento nascido em uma pequena cidade insurgente é a tarefa a que nos propomos.*

P A L A V R A S - C H A V E : *conflito ambiental; acumulação por despossessão; resistência; micropolítica; carcinicultura; Reserva Extrativista do Cassurubá; Bahia.*

“Sabe-se que as ciências sociais se ocuparam fundamentalmente de uma coisa: verificar a desigualdade. E, de fato, elas sempre a comprovaram. Face a esta ciência da crítica social, que redescobre perpetuamente a desigualdade, parece-me interessante recolocar em foco as práticas que se deram por tarefa precisamente o contrário” (RANCIÈRE, 1998, p. 84, tradução da autora).

INTRODUÇÃO

Num momento histórico em que as forças do capital se expandem e agenciam-se sobre espaços e domínios que se caracterizam por seu uso público ou comum, como seria possível a constituição de movimentos de resistência em defesa desses mesmos espaços? Este artigo nasceu motivado por essa indagação mais geral e constitui-se como uma tentativa de verificação das condições de possibilidade da luta política

sobre um fundo de hegemonia do que alguns autores (FERGUSON; GUPTA, 2002) denominaram uma *governamentalidade neoliberal*, propondo que o alcance das teorias neoclássicas em economia se desdobraria para além da esfera econômica propriamente dita, sendo capaz de redesenhar os limites da esfera política e de entranhar-se em processos mais sutis, mas não menos importantes, de produção de subjetividade.

A segunda motivação que move a presente reflexão é a tentativa de se pensar como, através de um estudo de caso, o político se constitui a partir da práxis, isto é, do plano de indiscernibilidade entre pensamento e ação (MOREIRA LIMA, 2015), plano em que as ações são a um só tempo concretas, pensadas e vividas e em que, se há sujeito, este se constitui *a posteriori*, como que encarnado pelas ações que o preexistem. Assumimos como ponto de partida a reflexão de Jacques Rancière (1998) sobre o político como o que ele denomina de *encontro* entre as práticas que se articulam no sentido da verificação da igualdade, isto é, os processos de luta insurgentes contra uma situação de iniquidade (que Rancière denominou *a política*), com os mecanismos que buscam governar, gerir, conter e, em última análise, combater esses movimentos em nome da manutenção de uma ordem hierárquica fundada em privilégios a serem perpetuados (*a polícia*). Pois bem, o que se busca aqui é analisar esse *encontro* constitutivo do *político*, descrevendo um processo de luta específico que logrou conter a expansão de um mecanismo de produção de desigualdade numa pequena cidade do extremo sul baiano, situada, justamente, numa nova fronteira de expansão do capital.

O objeto em disputa? Os manguezais dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, áreas livres de uso comum, ocupados por uma população de pescadores e marisqueiros que há gerações retira dali seu sustento. Do ponto de vista do Estado em seu macrodiagnóstico sobre a região (BAHIA, 2003), o objeto em disputa seriam “terras devolutas” a serem concedidas e incorporadas por “empreendedores”, sujeitos treinados para transformar manguezais em empresas, vida em capital. O meio de produção? Um pacote tecnológico vendido a capitalistas de médio e grande porte conhecido como carcinicultura, ou produção de camarão em cativeiro, um ramo do agronegócio tão lucrativo quanto destrutivo de meios ambientes saudáveis e compartilhados (SHANAHAN *et al.*, 2003). Mais um exemplo, dos incontáveis que poderíamos identificar em nosso processo histórico de acumulação primitiva permanente, de dissociação entre o trabalhador e seus meios de produção, a partir da conversão, por métodos violentos, de bens comuns em ativos com alta rentabilidade mercantil.

História de expropriação “inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” como Marx já definira com toda a clareza em *O Capital*, que Harvey (2011) atualiza sob o conceito de acumulação por despossessão e que Brandão (2010) retoma para a compreensão do Brasil contemporâneo. Conversão violenta de espaços de uso comum ou de livre acesso (OSTROM, 1990) com base na expropriação brutal daquilo que fornece as bases de reprodução de modos de vida apenas parcialmente conectados ao Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1990). Embora esses espaços não estejam alheios às relações mercantis que regem a produção das condições de existência sob o capitalismo, ainda conseguem resguardar uma margem de autonomia e vida digna.

Em outras palavras, um modo de vida que preserva em si um virtual, um outro mundo possível que na verdade não diz respeito a outro mundo, mas a este aqui mesmo e que paradoxalmente já existe em grande medida aqui e agora, porque, segundo a

chave de leitura que propomos, o possível não é o que uma situação contém de potencialidade em si; o possível não está dado, ele precisa ser criado (ZOURABICHVILLI, 2000) e, acrescentaríamos, o é a todo minuto. É com este “outro mundo possível” a um só tempo virtual e palpável que desejamos dialogar neste artigo, pois entendemos que pouca atenção tem sido dada aos mundos que ainda resistem Brasil afora, seja por serem considerados residuais, pouco relevantes, insignificantes ou excepcionais, seja por efeito de lógicas acadêmicas regidas por uma vontade de estudar processos “mais amplos” e “mais gerais”, que, por mais interessantes que sejam, acabam fixando seu olhar demasiadamente no que se entende como “central”, no Estado ou nas regiões mais conhecidas do país em detrimento das áreas de fronteira ou de expansão do capital. Neste artigo, irei me debruçar sobre um desses lugares “pouco relevantes” onde a luta de fato se processa, uma pequena cidade insurgente cujos moradores – em aliança com outros actantes, em outras escalas – foram capazes de erguer-se e dizer não. Um não que é uma afirmação. Entender os sentidos da política implícitos nessa recusa radical é uma das tarefas a que nos propomos neste artigo.

Como afirma Foucault (1977) em relação ao conceito de “luta de classes”, os marxistas teriam dado uma ênfase maior à ideia de classe (isto é, à determinação do sujeito das lutas revolucionárias) que ao estudo das lutas propriamente ditas – as relações de forças transformadoras que podem existir no corpo social. O exercício aqui proposto vai no sentido de buscar descrever e atribuir densidade analítica ao intrincado processo de mobilização que se viu instaurar na cidade após o anúncio da iminente chegada da “maior fazenda de camarão do Brasil” (1.500 hectares). Mais do que isso, pretende-se levar a sério a reflexividade própria dos agentes nele envolvidos, em busca de sua definição específica de *político* ou *política*, segundo sua lógica e racionalidade próprias.

Pescadores e marisqueiros caravelenses, apoiados por seus pares do Estado do Ceará (CE), pesquisadores de universidades públicas e Organizações Não Governamentais (ONGs) de projeção local, nacional e internacional, lograram impedir o aplainamento das florestas de mangue e contaminação das águas do rio Caravelas e afluentes para sua transformação em fazendas de camarão para exportação. Como isso foi possível? Tendo vivenciado a luta em primeira mão, pudemos acompanhar o desenrolar desse encontro potente e delicado entre pescadores do Ceará, oriundos de um processo de luta de anos contra a carcinicultura, e pescadores de Caravelas, que até então enxergavam na possível chegada das fazendas de camarão uma “oportunidade”, um “emprego”, uma “vaga”, uma forma de inserção formal no mercado de trabalho, enfim, um caminho rumo ao “desenvolvimento”.

CENA 1: A IRRUPÇÃO DA POLÍTICA FORA DO TEMPO DA POLÍTICA

Em outubro de 2005, espalhou-se em Caravelas, município de 20.000 habitantes do extremo sul baiano, a notícia de que a maior fazenda de camarão jamais feita no Brasil seria implantada na região. Este artigo, partindo de uma etnografia (MELLO, 2010), se atém basicamente ao intervalo de tempo de quase três meses, transcorridos entre a notícia da entrada desse projeto na cidade e as semanas seguintes à audiência pública, período durante o qual uma série de acontecimentos e encontros provocou o surgimento do que Zourabichvili (2000) denominou de “distribuição

diferencial dos afetos”, ou seja, a invenção de uma nova maneira de ser afetado, de novas possibilidades de vida.

Moradores foram contratados pela Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul (Coopex), na verdade composta por uma família de empresários do Espírito Santo e diversos filhos, para disseminar a notícia da abertura de 3 mil empregos na cidade e preencher fichas com os nomes e dados das pessoas interessadas numa “vaga na firma”. A empresa divulgou o projeto através da única rádio FM da cidade, de panfletos coloridos e *outdoors*, nos quais se lia “Coopex, desenvolvimento sustentável”. Desse modo, deu-se início a uma campanha centrada fundamentalmente na oferta de milhares de empregos, bem como na suposta qualidade ambiental do projeto. Moradores e grupos sociais potencialmente atingidos foram surpreendidos pela notícia inesperada. O simples anúncio da possível chegada de um grande projeto na cidade provocou a eclosão extemporânea de disputas incomuns, somente comparáveis com aquelas do período eleitoral, daí a constatação de um morador de que era tempo da “política depois da política”, isto é, de disputas após o período eleitoral (PALMEIRA; HEREDIA, 1994).

O projeto de carcinicultura, em licenciamento no órgão ambiental estadual da Bahia, localizava-se nos manguezais da cidade de Caravelas, entre os rios Macaco e Massangano, próximo ao chamado “Banco dos Abrolhos”, área conhecida por abrigar a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul e o primeiro Parque Nacional Marinho brasileiro. Uma reunião foi convocada às pressas no Centro de Convivência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), reunindo as ONGs, técnicos do próprio Ibama, representantes dos pescadores, pesquisadores e um integrante do movimento político e cultural afroindígena da região.

Os presentes puseram-se a delinear as estratégias de ação a serem postas em prática até a data da audiência. O responsável pelo escritório local da Conservação Internacional (CI), organização não governamental internacional que atua na área de conservação de ecossistemas, tivera acesso, poucos dias antes, ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da empresa, e, na reunião, defendeu a elaboração imediata de um parecer técnico independente sobre o EIA-RIMA e a necessidade de se multiplicar as informações e de se formar “células de articulação na comunidade” para esclarecer os moradores sobre os danos irreversíveis ao ecossistema da região ocasionados pela instalação da carcinicultura.

Os moradores da cidade presentes, no entanto, contrapuseram um forte ceticismo ao poder de articulação e persuasão do Ibama e das ONGs. Um representante dos pescadores expressou dúvidas em relação à adesão do seu grupo, uma vez que o empreendedor divulgara a criação de mais de 3 mil empregos e ninguém “em sã consciência” iria se opor à geração de empregos numa cidade cuja renda provinha do extrativismo, das aposentadorias e pensões e dos empregos gerados pela prefeitura.

O integrante do movimento cultural afroindígena trouxe à tona uma lembrança que muitos não gostaram de ver evocada: de que os moradores do município se ressentem em relação às ONGs ambientalistas e ao Ibama por estes terem aceito a instalação do terminal marítimo da empresa Aracruz celulose na cidade três anos antes. As ONGs – após uma breve contraposição inicial – ficaram responsáveis pela implementação de medidas condicionantes e compensatórias definidas pelo Ibama como condições para obtenção da licença. Esse processo foi visto pelos moradores da cidade como pouco transparente e colocou em dúvida o comprometimento das

ONGs e do Ibama com os grupos extrativistas, principais afetados pelo porto recém-construído pela Aracruz Celulose e pelas obras de dragagem correlatas à sua operação, que desestruturaram os pesqueiros de camarão.

No dia seguinte, um representante do órgão ambiental baiano se dirigiu pessoalmente à sede do movimento cultural afroindígena para indagar a respeito das razões do pedido de adiamento da audiência. Sobre o capô do carro a serviço do órgão estadual, o técnico desdobrou um grande mapa da área de manguezal onde o projeto desejava se instalar, buscando persuadir os integrantes do movimento de que a carcinicultura não traria impactos ambientais. Desconcertado pela inusitada situação em que se viu – quando o representante do órgão estatal que se supõe garantir a neutralidade e licitude do processo de licenciamento tentava convencê-lo pessoalmente dos seus supostos benefícios – um dos integrantes do movimento afirmou: “Vai ser muito pior que o eucalipto. Estão tratando essa questão como se fosse a *política*. É muita ganância”. Parece-nos significativa a comparação entre o processo de licenciamento com, em primeiro lugar, o “eucalipto”, isto é, a chegada da empresa Aracruz Celulose no município três anos antes e as tensões daí advindas, e, em segundo lugar, com a *política*, nome dado ao período eleitoral, momento de acirramento das disputas, quando os moradores são procurados por pessoas e grupos que ocupam cargos na administração pública em busca de apoio para seus candidatos.

Durante “a *política*” “corre muito dinheiro” na cidade e isso gera em virtualmente todas as pessoas um desejo de enriquecimento – a chamada “ganância”. Todos querem usufruir da afluência de recursos que, de modo repentino e momentâneo, toma conta da cidade. Embora tida como tão moralmente condenável quanto inevitável, a ganância é entendida como um desencadeador de disputas entre os próprios moradores, que desejam reter parte desse fluxo de riqueza só para si ou sua família, numa prática conhecida como *usura*.

CENA 2: PRINCÍPIO DE BRIGA NO PIRÃO VIRADO

Ao perceber que os empresários proponentes da fazenda de camarão e seus aliados locais buscavam a adesão dos pescadores, alardeando supostos benefícios sociais e ambientais da fazenda de camarão, um pequeno grupo composto por um biólogo da CI, um sociólogo e esta antropóloga decidiu começar um trabalho de “ação direta” e mobilização dos moradores da cidade. Um telão foi montado na praça do Pirão Virado, bar onde os pescadores se reúnem para conversar e beber, e aí apresentamos uma seleção de slides com imagens evidenciando a destruição dos manguezais provocada pelas fazendas de camarão no Brasil e em várias partes do mundo.

Uma grande aglomeração de pescadores se formou em torno do grupo, que se pôs a entoar palavras de ordem e a denunciar os riscos da entrada iminente da maior fazenda de camarão projetada no Brasil. Repentinamente, chegou à praça um técnico do Ibama que não havia sido convidado para a atividade, e os ânimos se exaltaram. Conhecido por sua postura controversa, esse técnico era execrado pelos pescadores por ações de repressão aos grupos extrativistas, especialmente no episódio de uma ocupação de uma área de mangue que acabou sendo transformada no mais novo bairro da cidade, por pressão dos moradores e de políticos a eles aliados, a despeito da

proibição do Ibama. Os pescadores eram muitas vezes acusados pelo Ibama de realizarem pesca predatória e ocuparem indevidamente a área de manguezal. O Ibama, por sua vez, era acusado pelos pescadores artesanais de não proteger os recursos pesqueiros da região dos grandes barcos industriais vindos de Vitória e Salvador, que costumavam fazer verdadeiras varreduras no mar e no mangue.

Com a chegada inoportuna do técnico do Ibama à primeira atividade de mobilização pública, o biólogo da ONG internacional foi imediatamente identificado pelos moradores como aliado do Ibama. Os pescadores passaram então a questionar as ações da CI na cidade, em especial o episódio do licenciamento do porto da empresa Aracruz Celulose, visto como exemplo de capitulação e/ou conivência das ONGs locais com grandes empresários. Ironicamente, entre todas as ONGs de Caravelas, a CI foi a única que manteve sua oposição à empresa e não recebeu recursos das compensações e condicionantes. Mas àquela altura dos acontecimentos, isso não fazia a menor diferença para os pescadores.

Vozes exaltadas eram ouvidas pontualmente, aos poucos começaram a se sobrepor, até que todos falavam ao mesmo tempo. Os pescadores muitas vezes conheciam por experiência própria fazendas de camarão situadas mais ao norte do estado e aproveitaram a ocasião para relatar a situação de destruição, miséria e violência que testemunharam. Outros, porém, garantiam que as fazendas de camarão eram seguras para o meio ambiente e expressavam o desejo de “tentar uma vaga na firma, nem que seja como segurança”. Em pouco tempo, os pescadores contrários às fazendas de camarão e aqueles favoráveis discutiam incisivamente entre si. Uma briga parecia iminente, embora fosse difícil saber ao certo quem estaria envolvido, tamanha a confusão criada. Finalmente, o técnico do Ibama deixou o local e os pesquisadores presentes continuaram a conversa com os pescadores mais entusiasmados, até que, após algumas horas, todos foram vencidos pela exaustão.

Os pesquisadores de fora, entre os quais me incluo¹, propusemos desencadear um processo de “mobilização ostensiva” ou “em massa”, realizado em praças públicas, com o intuito de “informar a comunidade em geral” sobre o projeto. Uma vez informadas, supunha-se que as pessoas estariam esclarecidas sobre os efeitos sociais e ambientais nocivos das fazendas de camarão e, desse modo, se posicionariam publicamente de forma contrária à entrada do empreendimento no município. Nós, pesquisadores de fora, acreditávamos em um poder inerente à “informação”, que encerraria em si mesma uma potência mobilizadora, capaz de desencadear um movimento de resistência nos grupos sociais a ela expostos e por ela “esclarecidos”².

Relatei o ocorrido a um integrante do movimento cultural afroindígena, que diagnosticou a intervenção como “um erro”. “Se continuar desse jeito aí, num ata nem desata, estão caçando chifre em cabeça de cavalo”. Segundo sua perspectiva, os pescadores não confiavam nas ONGs e tinham bons motivos para as identificarem com o Ibama. Ambas as instituições eram vistas como aliadas que desejavam se interpor indevidamente na relação que os pescadores e marisqueiras tinham com seu meio de vida. Portanto, qualquer intervenção protagonizada pelas ONGs ou pelo Ibama estaria fadada à desconfiança e ao insucesso.

Ademais, destacou que o trabalho de mobilização “em massa” nunca funcionaria na cidade; o tipo de mobilização política que “faz muito barulho” não encontraria ressonância junto às pessoas. Afirmou ele: “O povo daqui é sossegado, não gosta de briga. Tem que conversar com as pessoas-chave que têm a confiança dos

1 Fazer etnografia é, em muitos sentidos, um experimento constante seguindo uma lógica de tentativa e erro, em que errar é fundamental para se descobrir, justamente, onde estão as diferenças (WAGNER, 1975, p. 4).

2 Poderíamos dizer que a crença no poder inerente da informação faz parte do que Strathern (1992, p. 132, tradução da autora) apontou como sendo uma das bases do “sistema de conhecimento ocidental”, que se fundamentaria “na proposição de que se deve buscar um estado de permanente revelação, para desmistificar e tornar as coisas mais e mais aparentes através de sua transmissão consciente para outros”.

moradores”. Para ele, “atividades de mobilização” só são viáveis quando se dispõe de algum aliado no local, em suas palavras, “alguém que te convida, que vai te defender e vai garantir que se pode utilizar aquele espaço”, mesmo sendo um espaço público, como uma praça. Intervenções endereçadas a um público sem rosto, com o qual não se tem nenhuma relação, seriam inúteis e até mesmo perigosas.

A irrupção da “política” fora do “tempo da política” e a percepção de que desentendimentos entre os próprios moradores da cidade se anunciavam foram motivos de inquietação para os participantes do movimento cultural afroindígena. Para eles, *política* seria uma potência que irrompe à revelia da vontade dos sujeitos, um fluxo incontrolável que, em momentos precisos, adentra e atravessa a cidade, instilando em seus moradores sentimentos e práticas moralmente duvidosas e, conseqüentemente, gerando brigas, desentendimentos e a mais temida e disseminada das práticas: a chamada “perseguição” (como veremos adiante).

Nesse segundo encontro, comprovou-se que a relação dos pesquisadores de fora com os pescadores estava longe de ser uma relação de confiança mútua. Aqueles pesquisadores de fora ligados às ONGs perceberam que, segundo a percepção dos pescadores, a associação deles com o Ibama era mais viva do que supunham. Ademais, a “intervenção direta” usando a técnica de “fazer barulho” não melhorara em nada a interlocução com os pescadores, pelo contrário, aumentara o afastamento.

Em diálogo com os integrantes do movimento cultural afroindígena, nós, pesquisadores de fora, fomos confrontados com a impossibilidade ou, mais precisamente, com a indignidade de se falar em nome de outrem (FOUCAULT, 1994a). Se os primeiros atingidos pela entrada das fazendas de camarão seriam os pescadores, caberia a esse mesmo grupo assumir o protagonismo das ações. Mas como os pescadores assumiriam abertamente esse embate, considerando as muitas divergências que os separam, a cooptação das colônias de pesca por empresários e o temor de represálias e de perseguição por parte do poder municipal? Como foi possível a esse grupo traçar uma linha de fuga e construir uma saída política em um contexto em que parecia inútil sublevar-se (FOUCAULT, 1994b)?

A saída criada foi a invenção, justamente, de um *encontro*, conhecido como “intercâmbio” ou “troca de experiências” entre pescadores e marisqueiras caravelenses e seus pares, pescadores do Ceará, atingidos pela carcinicultura. Ao tomarem conhecimento da existência de um grupo de pescadores e marisqueiras do Ceará que foi capaz de não mais obedecer, a articulação nascente entre pescadores, pesquisadores de fora, ONGs e moradores decidiu convidá-los para uma temporada em Caravelas. Se uma das marcas da potência do capital é seu poder de deslocalização, sua capacidade de se deslocalizar para onde quer e quando quer (ACSELRAD; BEZERRA, 2010), o que aconteceria se fosse possível deslocalizar a resistência?

Formou-se, então, uma articulação inédita entre os pescadores e marisqueiras da Bahia e do Ceará, com apoio da Red Manglar – rede internacional de grupos de defesa do manguezal –, do Mangrove Action Project – pequena ONG internacional de apoio a movimentos de base ligados ao manguezal, com sede na casa de um ativista de Seattle (EUA) –, do Instituto Terramar – ONG cearense que atua ativamente no debate sobre manguezais e carcinicultura – e do escritório local da Conservação Internacional-Brasil. Um grupo de sete pessoas, entre elas pescadores, marisqueiras, índios Tremembé e professores, chegou a Caravelas para partilhar suas experiências de luta. E, desse modo, as relações de força começaram a se alterar.

CENA 3: A FORMAÇÃO DO COLETIVO

Era a primeira viagem de avião de Dona Fátima Tremembé, 52 anos, moradora da aldeia Passagem Rasa, município de Itarema, costa oeste do Ceará. No aeroporto, ela e o pajé da aldeia, Luís Caboclo, 54 anos, encontraram-se com o professor João Luís, da comunidade do Cumbe, município de Aracati, e Mentinha e Vanilson, marisqueira e pescador, ambos do município de Acaraú, no Ceará. Os cinco percorreram mais de 1.800 km rumo a Caravelas. Em comum, o fato de serem moradores de comunidades atingidas pela carcinicultura no estado do Ceará, onde em 2005 se contavam 247 fazendas instaladas, 84% operando sem qualquer tipo de licença (IBAMA, 2005). Essas pessoas haviam testemunhado a intrusão da carcinicultura em suas comunidades, a contaminação de mangues e rios, o desaparecimento do caranguejo e a diminuição expressiva dos recursos pesqueiros, o que gerou pobreza em áreas outrora afluentes. O cercamento dos manguezais e a limitação do acesso a recursos que eram de uso comum levaram ao aumento de conflitos na região, particularmente da violência contra pescadores.

O grupo do Ceará chegou a Caravelas cinco dias antes da audiência e tomou conhecimento da conjuntura local, passando a traçar estratégias de ação com os grupos locais: ONGs, movimento cultural afroindígena, professores e associações locais. Definiram o que seria a sua “política”: em vez de falar com “a comunidade em geral”, como haviam feito os pesquisadores de fora, com as ONGs, decidiram focar a ação em conversas diretas com grupos de pescadores e marisqueiras. Dividiram-se em dois grupos e passaram a fazer visitas de casa em casa, de quintal em quintal, tanto na cidade, como no manguezal.

O vídeo *O Verde Violado*, que retrata os efeitos da expansão da carcinicultura no Ceará, foi apresentado em diferentes bairros, juntamente de slides da destruição dos manguezais do Ceará e do Rio Grande do Norte após a chegada da carcinicultura. A ele, seguiram-se debates abertos à participação dos moradores da cidade, com intervenções dos cearenses relatando sua própria experiência.

O primeiro eixo argumentativo elaborado pelos pescadores do Ceará era uma resposta à chantagem do emprego. Para além das disputas em torno do número de empregos efetivamente criados – que variavam entre 100 e 3.000 – os pescadores do CE questionavam a própria necessidade ou desejabilidade de se *ter um emprego* e as consequências disso na vida de quem é acostumado a trabalhar para si, de maneira autônoma. O emprego é associado à falta de liberdade, fraqueza e submissão. Nas palavras do pajé Luis Tremembé, “Nós nunca tivemos isso, o tal do emprego. Eu não gosto de emprego e vivo bem. Meus irmãos também não gostam de emprego e são fortes como eu. A gente nunca chegou a ser submisso de ninguém, nunca chegou a ser controlado por ninguém. [...] Quando eles exportam o camarão, eles exportam junto a tua liberdade”.

O segundo eixo argumentativo era a importância de manterem-se unidos: os moradores eram alertados sobre a inevitável introdução de cisões na “comunidade”, para as quais deveriam estar preparados, de modo a conjurá-las. Vanilson, pescador de Acaraú, afirmou: “Os mais fortes se instalaram na nossa comunidade sem dizer nada a ninguém. Eles têm muito dinheiro e vão tentar subornar as pessoas mais fortes da comunidade e produzir a discórdia.” Guto, pescador caravelense, destacou que as dissensões anunciadas pelo pescador cearense de fato já começavam a se fazer

presentes. Guto relatou seus esforços para convencer seus colegas pescadores de que a carcinicultura não traria benefícios para o seu grupo: “Eu digo ‘seu pai te criou, criou seus irmãos, você criou seus filhos com o manguezal, construiu casa, canoa, trocou por barco, tudo por causa do manguezal. Deixe de ser egoísta, olhe para seu irmão, olhe para seu pai que vive do mangue”.

O terceiro eixo argumentativo centrava-se no caráter perene e sustentável do manguezal, em contraposição ao curto tempo de vida das fazendas de camarão, sua insustentabilidade econômica, social e ambiental. Um ilustre participante das mobilizações foi Cocotinha, um *louco lúcido* da cidade, uma espécie de andarilho local que transmite mensagens de conteúdo profético pelas ruas. Seus discursos são ouvidos com atenção pelos outros moradores, que o consideram “culto” e “bem informado”. Ao conhecer os pescadores e marisqueiras do Ceará, Cocotinha declarou-se ferrenho opositor das fazendas de camarão, defendendo o valor do manguezal como um *amortecedor social*, um *bolsa família da natureza*, que impediria que, em conjunturas econômicas particularmente desfavoráveis, os moradores da cidade resvassem na miséria. Em suas palavras:

Aqui, ninguém passa fome, não. A gente não precisa dessa fazenda de camarão, a gente tem o mangue para recorrer sempre. O mangue tem aroeira, tem caju, tem mangaba, tem pitanga. Os peixes vão morrer, a água vai ficar contaminada, vai sumir os caranguejos, o siri e a ostra do mangue. Eu sou o contra número um.

Por fim, os pescadores do CE relataram a seus pares locais as ações diretas por eles praticadas para conter a expansão das fazendas nas suas áreas de pesca: “A primeira coisa que fizeram ao chegar lá foi colocar uma cerca no mangue. A gente sabia que depois que eles passassem os arames, ia ter dono. Mas os donos do mangue somos nós. Eles fincavam a cerca de um lado e a gente arrancava do outro”.

CENA 4: A POLÍTICA DA PERSEGUIÇÃO

À medida que o movimento de oposição à entrada das fazendas de camarão na cidade crescia, aumentava o temor dos moradores quanto a possíveis represálias em função da participação deles ou do envolvimento de seus familiares na coalizão que então se formou.

Numa das exposições do vídeo *O Verde Violado*, uma jovem estudante de 12 anos denunciou publicamente o fato de que “na escola os professores não falaram nada sobre as fazendas de camarão”. A partir do depoimento dessa menina, foi possível entender que havia uma orientação da prefeitura no sentido de silenciar possíveis debates nas escolas em torno do empreendimento. Soube-se que o prefeito da cidade convocara uma reunião do Conselho de Educação para apresentar aos diretores de escola o projeto de carcinicultura, defendendo-o com entusiasmo e sugerindo que não toleraria manifestações contrárias ao projeto.

Professores, agentes de saúde, demais funcionários da prefeitura e seus familiares e parentes não podiam se pronunciar publicamente sobre o assunto, pois temiam perder seus empregos. Uma espécie de “lei do silêncio” foi imposta pela prefeitura em relação ao tema da carcinicultura na cidade. Além disso, a Prefeitura realizou um concurso

público com mais de 1.200 moradores inscritos, em sua maioria jovens, poucas semanas antes da audiência pública, e o resultado só foi divulgado algumas semanas após a data da audiência, estratégia que teve como efeito o silenciamento dos jovens da cidade.

A “perseguição” funciona da seguinte forma: um delator (“traíra”) transmite para um membro da prefeitura com poder de contratar e demitir servidores e prestadores de serviço a informação de que determinada pessoa (ou parente desta mesma pessoa) atua de modo divergente aos interesses do prefeito, de sua família ou de seus aliados. O sujeito dissonante sofre, então, as consequências políticas de sua dissensão. Emerson, morador vítima de perseguição por ter apoiado o candidato derrotado à prefeitura, descreveu-me como ela funciona. Ele era dono da primeira e única *lan house* da cidade e o novo prefeito eleito, para destruir seus negócios, criou uma *lan house* gratuita, com a qual evidentemente não conseguia competir. Disse-me tal morador: “para eles, a política continua depois da política”. A política, segundo essa outra acepção, seria uma potência de divisão do corpo social que deveria se restringir ao “tempo da política” (eleições). Mas os casos de perseguição revelam que essas divisões não desaparecem após o pleito; ao contrário, podem vir a se endurecer e cristalizar-se em torno de facções que buscam sistematicamente neutralizar ou eliminar o poder do grupo definido como adversário pelas circunstâncias. O risco de sofrer perseguição é permanente, seus agentes são invisíveis e seu modo de agir, reservado e silencioso. Segundo Emerson, “as portas e janelas têm bocas e ouvidos, as coisas vazam de maneira surpreendente”. Perseguição como máquina microfascista de neutralização da dissidência.

CENA 5: DO MEIO DO MEDO NASCE A CORAGEM

O temor de represálias chegou até mesmo ao único local que se acreditava ser imune às ameaças da prefeitura: o escritório da CI. Embora até o início das atividades de mobilização a sede local da CI fosse tida como um ambiente exclusivo para pesquisadores de fora e pouco permeável aos moradores da cidade, aos poucos seu quintal foi sendo ocupado pelos pescadores e marisqueiras do Ceará e pelos moradores participantes da coalizão. Esse espaço foi visto como estratégico, pois era o único lugar da cidade onde era possível reunir as pessoas sem que seus donos fossem direta ou indiretamente ameaçados pela perseguição.

De centro de pesquisas científicas restritas à biodiversidade marinha, o escritório da CI passou a conviver com uma grande diversidade humana. O quintal do escritório foi ocupado por um grupo que incluía integrantes do movimento cultural afroindígena, um bancário aposentado, biólogos, oceanógrafos, bailarinas, pescadores, sindicalistas, trabalhadores rurais, loucos, recepcionistas, tarólogos, agente de saúde, biscateiros e professores. Esse era o único lugar da cidade, talvez pelo fato de sediar uma instituição sem vínculos locais, que oferecia alguma imunidade contra as práticas de perseguição. No quintal da CI, grupos de trabalho foram formados, juntando pescadores e pesquisadores, numa combinação de saber local e saber científico que se revelou bem-sucedida: jovens doutores da Universidade de São Paulo (USP), com seus *notebooks* de última geração, redigiam as questões formuladas pelos pescadores, buscando ajustar suas perguntas a uma linguagem comum, compreensível para ambos os grupos.

No entanto, às vésperas da audiência, o diretor do Programa Marinho da CI “desceu” de Salvador e, como foi dito, “jogou um balde de água fria” na efervescência que tomava a cabeça e o coração dos participantes da coalizão, da qual o responsável local do escritório da CI era um integrante ativo. O diretor da CI-Brasil propôs, na última reunião antes da audiência, que a posição da coalizão fosse definida da seguinte forma: “O empreendimento, *na forma como está proposto*, é inviável”. *Na forma como está proposto*. Essa frase abriria a possibilidade de negociação com os empreendedores a respeito das condições para a instalação da fazenda de camarão sob a forma de condicionantes ambientais, o que é normalmente a orientação da CI, o tal “desenvolvimento sustentável”: compatibilizar crescimento e proteção ambiental. Quando confrontado com a demanda de recursos para viabilizar o transporte dos moradores da área ribeirinha para a audiência pública, o diretor da CI alegou que o orçamento da entidade não permitiria flexibilidade no uso dos recursos.

Imediatamente, a ativista da ONG de Seattle sugeriu a realização de um leilão entre os presentes para arrecadar fundos para o transporte dos moradores – “Eu dou dez reais, quem dá mais?” “Eu dou quinze reais!”, “Eu dou vinte reais!”, disse um professor. “É bom que vocês da CI definam logo até que ponto podemos contar com vocês, porque, se não pudermos mais, nós seguiremos sozinhos”. Desse modo, criando um clima de embate e irreverência, os participantes da coalizão conseguiram convencer o diretor da CI a mobilizar recursos do seu orçamento para garantir o pagamento do combustível dos grupos extrativistas. Embora se defina como *apolítica*, a CI foi obrigada a se abrir à *política*, esse fluxo incontrolável que adentrou a cidade e a todos mobilizou.

A percepção de que a oposição frontal ao empreendimento não era consensual dentro da CI gerou reflexões e críticas por parte dos atingidos do Ceará. O pajé comparou o posicionamento da CI com o andar dos caranguejos: “Estavam igual caranguejo, andavam ora pra frente, ora pra trás, mas a gente não deixou eles entrarem no buraco”.

Na ocasião, os pescadores cearenses reafirmaram que, paralela à deslocalização das fazendas, havia a deslocalização da solidariedade dos grupos que não desejavam ver repetir em outros locais a experiência que, segundo eles, “deixaram marcas dentro da gente”. Mentinha, pescadora e poeta, concluiu:

O manguê é a nossa liberdade. Não só nossa, humanos, mas também das plantas e dos animais. É verdade que agora vocês têm um conflito. A gente não veio aqui para dizer coisas boas para vocês, mas vocês têm que estar preparados. Vocês estão tendo este privilégio. Nós não tivemos essa chance de ouvir outras comunidades que foram afetadas. Não vou dizer que estamos leves depois de toda a nossa luta, porque quem está sobre esse chão está sujeito a tudo. Mas estamos mais fortes. Do meio do medo nasce a coragem.

CENA 6: A AUDIÊNCIA PÚBLICA

A atmosfera durante a manhã era de apreensão. Logo Vanilson, pescador de Curral Velho, pegou o violão e começou a tocar uma ciranda. O pajé Luis Tremembé, de chocalho de cabaça em punho, marcava o ritmo e os demais começaram a cantarolar uma melodia. Uma grande roda se formou com todos os presentes: biólogos,

pescadores, representantes de ONGs locais e internacionais, marisqueiras, sociólogos, um padre holandês da igreja católica, um profeta, antigos sindicalistas, donas de casa, ambientalistas de Salvador, artistas locais, professores e o pajé Tremembé. De mãos dadas na ciranda, espontaneamente, alguns tomaram a palavra e pediram proteção a entidades espirituais.

Cocotinha, o profeta louco-lúcido, afirmou que, embora forte, aquele grupo correria sempre o risco de não ser bem-sucedido na audiência, mas nada estava definido, uma vez que tudo podia se transformar repentinamente, já que “o tempo e o acaso governam tudo”, citando um trecho do Eclesiastes. Seu Manoel, telegrafista aposentado da ferrovia Bahia-Minas e ex-presidente do sindicato dos telégrafos, leu para todos o trecho da Bíblia: “Na verdade, a terra está contaminada por causa dos seus moradores, porquanto transgridem as leis, mudam os estatutos e quebram a aliança eterna” (Isaiás, 24:5). Seu Manoel afirmou que a destruição da natureza é provocada pelos próprios homens e que a separação da natureza, a “quebra da aliança eterna”, conduzirá a humanidade a seu fim. Mas isso não é inelutável; segundo ele, é sempre possível impedir a “transgressão das leis” por meio da luta.

O Pajé Luis Tremembé concluiu as intervenções entoando um canto do seu grupo, que aos poucos foi repetido por todos os presentes, tomados por forte emoção:

Não tem rio que eu não atravesse / não tem mangue que eu não ande / não tem pau que eu não arranque / nem tem pedra que eu não quebre / Não tem mal que nós não cure / Viemos lá da cachoeira / Os encantados nos mandou / Viemos aqui fazer limpeza. Os encantados nos mandou / viemos aqui fazer limpeza.

Os aliados dos carcinicultores ligados à prefeitura se surpreenderam com a chegada adiantada da coalizão, e policiais armados foram chamados para fechar o acesso de carros à rua. Em seguida, uma massa impressionante de pescadores do distrito da Barra de Caravelas chegou de ônibus para a audiência e desceu a rua gritando palavras de ordem, como “Queremos união, não queremos destruição!”, “O povo unido jamais será vencido!”, e empunhando cartazes que diziam: “Camarão estrangeiro: o eucalipto do mar”; “Não queremos viveiros, queremos viver”; “O manguezal é a feira do povo”; “Manguezal: o verdadeiro emprego do povo”.

Logo depois, outro ônibus desembarcou, mas dessa vez com dezenas de desempregados dos distritos rurais do município, onde a monocultura do eucalipto se espalhou por quase a totalidade das terras agriculturáveis. Esses homens gritavam “queremos trabalhar”; eles foram pagos para provocar tumulto no local onde se realizava a audiência pública. Os pescadores, indignados com os “intrusos” que se aliavam aos empresários, replicavam: “vai fazer carvão”, em alusão à atividade econômica que restou aos moradores dos distritos rurais, a produção de carvão a partir do refugo de eucalipto, que vem se espalhando vertiginosamente na região. Atingidos pelo eucalipto e atingidos pela carcinicultura se encontraram como inimigos na audiência pública e trocaram insultos e acusações. Os antigos trabalhadores e pequenos proprietários rurais, destituídos pela expansão dos plantios de eucalipto na região, desejavam um emprego que custaria o sacrifício do meio de vida dos pescadores e marisqueiras.

A coalizão realizou inscrições em grande número e, ininterruptamente, produziu perguntas que tornavam evidentes as inúmeras contradições, omissões, inverdades e erros técnicos do projeto. O público se mostrou polarizado, e os empresários, que

esperavam um domínio da audiência, ficaram perplexos com as manifestações contrárias a eles. Era evidente, porém, que apenas as pessoas “de fora” tomavam a palavra publicamente e faziam questionamentos diretos ao microfone. Os pescadores e marisqueiras de Caravelas presentes temiam se pronunciar publicamente. No entanto, em grupo, gritavam, vaiavam, cantavam, enfim, produziam um eco coletivo que transmitia claramente para o público sua insatisfação com a chegada do empreendimento. Uma marisqueira fez uma pergunta por escrito que resumiu todo o ceticismo do seu grupo quanto aos supostos benefícios da carcinicultura no município: “Tem uma coisa que eu não entendo: se os empresários querem tanto o camarão, gerar emprego e preservar o mangue, não seria mais fácil comprar o camarão nativo da mão do pescador daqui?”

A DISPUTA APÓS A AUDIÊNCIA

A disputa, então, ganhou visibilidade nacional e começou a ser encenada na esfera jurídica e administrativa. Em maio de 2006, foi publicada a portaria 39/2006 do Ibama, definindo a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, numa extensão de aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, incluindo uma ampla área de 380 km de linha de costa, entre a foz do rio Doce (ES) e Prado (BA). Esse mecanismo impediu, provisoriamente, a instalação de projetos potencialmente poluidores dentro da ZA e colocou em xeque a competência do órgão estadual para prosseguir o licenciamento da Coopex, uma vez que a área passou a estar também sob a jurisdição do Ibama. Em seguida, o Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia, a despeito dos estudos que comprovavam os graves danos potenciais da carcinicultura (MOURA *et al.*, 2005) e da clara oposição local dos pescadores e moradores, emitiu a Licença Prévia, que atestou a viabilidade social e ambiental do projeto.

No mesmo mês, no Senado Federal, um grupo de senadores capitaneado por João Batista Motta (PSDB/ES) e Antônio Carlos Magalhães (então PFL/BA) publicou um Projeto de Decreto Legislativo visando a anular a portaria 39/2006 do Ibama. A imprensa nacional descobriu, então, que o autor do projeto do decreto e membros da sua família eram sócios da Coopex e que, portanto, ele estaria ferindo diretamente os princípios de impessoalidade, moralidade e legalidade da Constituição Federal, ao colocar seu mandato a serviço de si mesmo e da própria família.

Em junho de 2007, a Justiça Federal anulou a Zona de Amortecimento de Abrolhos. No entanto, a essa altura outras medidas administrativas já haviam sido tomadas: o primeiro ato de Julio Rocha, Secretário de Recursos Hídricos do primeiro governo Jacques Wagner, fora cassar a outorga de água necessária para a Coopex operar, inviabilizando o projeto. Ao mesmo tempo, nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, intensificou-se a mobilização dos pescadores, marisqueiros, Ibama/ICMBio e ONGs para a criação de uma Reserva Extrativista de Uso Sustentável (RESEX Cassurubá), finalmente criada em junho de 2009, protegendo os manguezais, estuários e grupos extrativistas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de luta descrito no presente artigo e a reflexividade própria dos agentes nele envolvidos permitem-nos vislumbrar a articulação de alguns sentidos do fazer *político* expressivos de uma certa leitura do mundo, cujas consequências podem ser interessantes para a teoria social. Um dos riscos centrais ao se fazer pesquisa antropológica numa coletividade que fala a mesma língua do observador é a expectativa de que o sentido daquilo sobre o que os nativos falam seja autoevidente ou imediatamente familiar, por coincidir, supostamente, com as nossas próprias categorias (GOLDMAN, 2006). Outro risco bastante comum é o aplainamento ou a seleção das falas nativas que se encaixam na teoria de onde se parte e que se deseja comprovar, num movimento tautológico que impede que se tenha acesso à singularidade de sua linguagem. O efeito disso é a perda de sua opacidade ou rugosidade próprias e a limitação da dimensão criativa produtora de sentido capaz de afetar as “teorias aprendidas” do pesquisador.

Em primeiro lugar, vimos a chegada da *política depois do tempo da política*, como uma potência incontrollável que invadiu o tecido social e produziu um efeito de divisão entre os agentes. As clivagens já existentes foram recodificadas segundo um novo critério e novos grupos e/ou adesões foram criados. Em seguida, observamos a prática de *mobilização em massa* implementada pelo grupo de pesquisadores de fora chocando-se com seu limite, isto é, a disputa extrema que gera o não diálogo e o não reconhecimento mútuo. A *política de fazer barulho* e de *mobilização em massa* possuía um agente, os pesquisadores e as ONGs, mas era endereçada a uma massa informe, que não se conhecia, com quem não se travava nenhuma relação.

Identificou-se também a *política do silêncio* imposta pela prefeitura, cujo efeito foi provocar medo e efetivamente logrou silenciar muitos, especialmente os jovens. A política da “perseguição” possui um remetente claro – os dissidentes – mas seu agente é sem rosto, está encoberto, invisível e, no entanto, onipresente e onisciente, como um *panopticum*. Não há “massa” ou “anonimato”, conhece-se tudo e todos, assim como todos os laços de parentesco que possam comprometer alguém.

O encontro dos cearenses com seus pares caravelenses, por sua vez, provocou a criação de uma outra forma de fazer política, uma espécie de alternativa entre o barulho inaudível dos pesquisadores e o silêncio ensurdecido da prefeitura. Propôs-se, simplesmente, *conversar*: “o boca-a-boca, a rádio cipó, a fofoca, a *política artesanal*”, como definiu um integrante do movimento cultural, acrescentando que era fundamental tentar estabelecer algum diálogo com as pessoas “do outro lado”:

Tem que ser *na miúda*, abre o verbo dentro da casa do cara. Uma conversa honesta não é perda de tempo. Isso é um ganho. É uma relação de colega pra colega, nos momentos oportunos. Sou filho da cidade, colega, amigo, a minha família tem amizade com a deles, é um jeito diferente. Se conversar com ele direitinho, você deixa uma dúvida na cabeça do cara, tem que sensibilizar a figura humana. Esses caras são sensíveis a uma conversa pé no chão. Ele vai refletir quando chegar em casa, vai pensar nisso antes de dormir.

Essa seria a forma por excelência de se construir microalianças locais, solidificadas pelas relações de respeito e confiança preexistentes entre os moradores da cidade. Trata-se da interlocução entre sujeitos com rosto, que se veem e se reconhecem mutuamente e sabem os limites de sua exposição. Enquanto a ênfase dos pesquisadores de

fora foi no poder inerente da informação como catalisador do “esclarecimento” dos moradores, segundo a análise desse integrante do movimento cultural, a informação é apenas o conteúdo da conversa, esta sim fundamental. Entende-se que a informação pura e simples, sem nenhum tipo de relação prévia entre os sujeitos, é inócua, incapaz de gerar laços de proximidade. As relações entre os sujeitos seriam primeiras e mais fundamentais que a informação; a conversa é capaz de provocar a adesão do interlocutor e se dá, antes de tudo, em função daquilo que os liga previamente.

Os dados etnográficos aqui apresentados revelam que os grupos sociais analisados não ocupam posições fixas ou dicotômicas, como grupos dominantes e dominados. A dinâmica do processo de luta revela que essas posições são intercambiáveis de acordo com a conjuntura e que os sujeitos não estão alinhados *a priori* a nenhum desses dois polos. As posições dominante-dominado, por exemplo, só podem ser entendidas como condensações ou resultantes das relações – sempre precárias – que os sujeitos estão em vias de constituir e que, ao mesmo tempo, os ultrapassa. As posições dos sujeitos nas relações de força não estão dadas, embora, logicamente, não se possa perder de vista que esses grupos são vulneráveis, sim, ao poder, mas essa vulnerabilidade não pode ser confundida com fatalidade.

Podemos, por fim, arriscar a afirmar que a *política artesanal* é um processo imanente de “entre-captura”, no sentido que Stengers (1997) dá a esse termo. Não se trata de uma harmonização entre os polos ou de chegada a um consenso que sobrecoficaria seus interesses. Trata-se de um diálogo, uma troca, uma captura mútua entre seres heterogêneos enquanto heterogêneos que potencializa as partes, sem referência a algo exterior que transcenderia os termos. Os encontros aqui descritos desencadearam uma alteração nas relações de força, entendidas como potências clivadas, que envolvem a faculdade dos sujeitos de afetarem e serem afetados pelos acontecimentos por eles mesmos produzidos. A partir das mutações de sensibilidade engendradas ao longo do processo de luta tornou-se viável a criação de um novo campo de possíveis no horizonte dos sujeitos envolvidos.

Cecília Campello do Amaral
Mello:
ceciliamellobr@gmail.com

Artigo recebido em 30 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA et al. *Capitalismo Globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-209.
- BAHIA. Secretaria de Agricultura. *Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para Carcinicultura Marinha*. Salvador: Bahia Pesca, 2003. 1 CD-ROM.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA et al (Org.). *Capitalismo Globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.
- FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing States: towards an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981-1002, nov. 2002.
- FOUCAULT, M. Entretien inédit entre Michel Foucault et quatre militants de la LCR, membres de la rubrique culturelle du journal quotidien Rouge (juillet 1977). Disponível em: <<http://questionmarx.typepad.fr/files/entretien-avec-michel-foucault-1.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- _____. Les intellectuels et le pouvoir. In: _____. *Dits et Ecrits*. Tome II. Paris: Gallimard, 1994a.

- _____. Inutile de se soulever? In: _____. *Dits et Ecrits*. Tome III. Paris: Gallimard, 1994b.
- GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Diagnóstico da Carcinicultura no Estado do Ceará*. Brasília: abr. 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/0B19D3B1/DIAG-DACARCINICULTURACEARA.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- MELLO, C. C. A. *Política, Meio Ambiente e Arte: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MOREIRA LIMA, V. Sete considerações sobre o pensamento político de Félix Guattari. In: ENCONTROS DO NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA SIMÉTRICA, 2015, Rio de Janeiro. *Encontros do Núcleo de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, maio 2015. Mimeografado.
- MOURA, R. L. *et al.* Parecer independente e questionamentos sobre o EIA-RIMA do Projeto de Carcinicultura da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex). Caravelas, out. 2005. Mimeografado.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press, 1990
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Le Temps de La Politique. *Etudes Rurales*, v. 131, n. 32, p. 73-87, 1994.
- RANCIÈRE, J. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 1998.
- SHANAHAN, M. *et al.* *Smash & Grab: Conflict, Corruption and Human Rights Abuses in the Shrimp Farming Industry*. London: Environmental Justice Foundation, 2003.
- STENGERS, I. *Cosmopolitiques 1 : La guerre des sciences, L'invention de la mécanique: pouvoir et raison*. Paris: La Découverte, 1997.
- STRATHERN, M. *After Nature*. English kinship in the late twentieth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- WAGNER, R. *The Invention of Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.
- ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. p. 333-355.

ABSTRACT : *In a historical moment in which the forces of capital expand over spaces and areas characterized by their public or common use, how is it possible to create resistance movements in defense of those spaces? This article analyzes a specific process of struggle which was able to contain the spread of an inequality production mechanism in a small town in the extreme south of Bahia, located in a new frontier of capital. In dispute, the mangroves of the municipalities of Caravelas and Nova Viçosa (BA), free common areas occupied by a population of fishermen and shellfish collectors which, in alliance with other agents in other scales were able to prevent the installation of a large shrimp farm project. This article aims to understand the various meanings of politics implicit in this movement born in a small insurgent town.*

KEY WORDS : *environmental conflict; accumulation by dispossession; resistance; micropolitics; shrimp farm; Cassurubá Extractive Reserve; Bahia.*